



# Clipping Nacional

de

# EDUCAÇÃO

Brasília, 17 de Setembro de 2019

## Há um teto no meio do caminho do ‘Future-se’

*Por Gregório Grisa*

*Teto de gastos é entrave e desestímulo para ampliação da arrecadação de recursos próprios pelas universidades e institutos federais*

Um dos objetivos da proposta do governo Bolsonaro para universidades e institutos federais - o Future-se - é o de “propiciar os meios para que as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) arrecadem recursos próprios”. Mostro nesse artigo que a Emenda Constitucional nº 95 (teto de gastos), como está, constringe essa busca por outras receitas.

A arrecadação de recursos próprios não é algo consolidado nas instituições federais de ensino superior, ela representou 1,5% das receitas totais das Ifes em 2017. Um conjunto de fatores explica isso: i) um marco regulatório historicamente burocrático (embora atualizado recentemente); ii) vinculação institucional pouco orgânica das Ifes com o setor produtivo e sociedade civil; iii) falta de cultura de investimento em pesquisa e inovação por parte do empresariado brasileiro, entre outros.

As despesas realizadas com recursos próprios pelas Ifes tiveram seu auge em 2010 (4,3% da receita total) e outro pico em 2013 (imagem abaixo). Com o advento da recessão elas chegam ao seu pior patamar nos

últimos anos em uma série histórica de 2001 a 2017.

Ampliar a arrecadação de recursos próprios é uma demanda importante. À primeira vista, não haveria nenhum óbice para que todas as Ifes intensificassem essa busca. Porém, hoje o Brasil tem um regime fiscal definido pela Emenda Constitucional 95 que impõe alguns paradoxos orçamentários, a saber.

Todo ano as instituições devem fazer uma previsão de sua arrecadação própria quando da elaboração de seus orçamentos. Caso a universidade ou instituto federal não consiga executar todo o valor previsto, esse recurso pode servir para auxiliar o governo na busca por um resultado primário positivo. Na hipótese de as Ifes arrecadarem mais do que foi previsto, elas não podem executar o valor da diferença. Segundo a EC 95 (artigo 107, § 5º), o limite orçamentário não pode ser ampliado, ainda que por excesso de arrecadação. Em 2018 algumas instituições foram obrigadas, por portaria do Ministério do Planejamento à época, a pagar aposentadorias e pensões (gastos obrigatórios) com parte excedente de recursos próprios arrecadados e não executados naquele ano.

Se as instituições arrecadarem mais do que o previsto, elas não podem executar o valor da diferença

A previsão de despesas com receita própria é considerada gasto primário e, portanto, entra no cálculo do teto de gastos. Um eventual aumento na previsão dessa despesa poderá ser compensado com redução de recursos ordinários ou destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino. Eis o paradoxo, se arrecado mais, meu orçamento não necessariamente cresce, inclusive, posso perder recurso oriundos do Tesouro Nacional. Não tem lógica.

Assim, o teto de gastos representa entrave e desestímulo para ampliação da arrecadação de recursos próprios pelas universidades e institutos federais. Uma mudança na Constituição seria necessária para se garantir que a ampliação de receitas próprias representasse aumento geral do orçamento da instituição. A complementação da União ao Fundeb ficou fora do teto de gastos, o mesmo deveria ocorrer com a receita própria das Ifes. Essa mudança seria um incentivo mais eficaz do que um programa como o Future-se, que apresenta sérios problemas técnicos e políticos, sobre os quais tratei aqui.

Mesmo que se queira levar em conta alguns pontos do Future-se, ele nasce fadado ao fracasso se o teto de gastos seguir vigorando com esse formato. Não faz sentido





exigirmos que as Ifes busquem mais recursos através de prestação de serviços, convênios e parcerias, se isso pode representar perda do orçamento que garante o funcionamento cotidiano das instituições, ora em risco diante do baixo patamar das despesas discricionárias. O debate sobre o Novo Regime Fiscal é mais amplo, tenho críticas conceituais a EC 95, mas exclusivamente sobre o financiamento das Ifes, urge ao menos excluir as despesas financiadas por recursos próprios dos limites estabelecidos pelo teto de gastos.

Não é razoável esperar que a arrecadação de recursos próprios seja fonte para sustentar o custeio, o financiamento da pesquisa básica e a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão das Ifes. Não me parece que a substituição dos recursos públicos pelos que por ventura venham do setor privado seja um debate plausível, haja vista

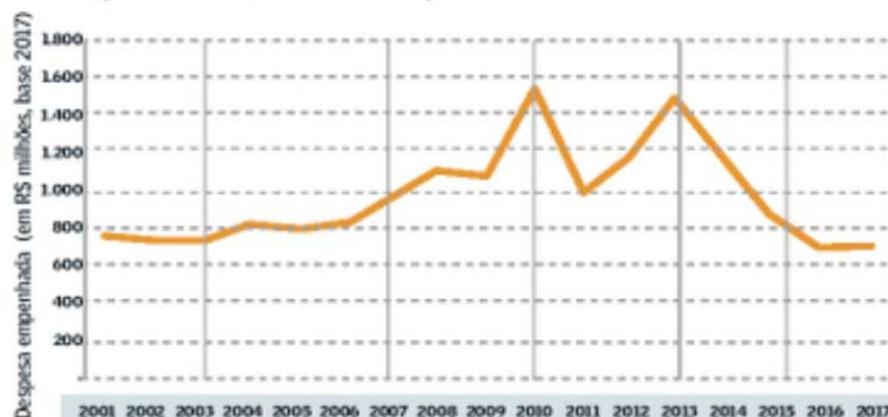
o histórico do investimento privado no Brasil e o previsto na legislação nacional.

O importante é garantir que a receita própria que existe e a que for conquistada seja destinada para atividades planejadas e definidas pelas Ifes. Recursos próprios devem ser complementares, tanto nos EUA como na Europa, a pesquisa realizada nas universidades é financiada majoritariamente por recursos públicos. Ampliar e qualificar laboratórios, criar espaços de aprendizagem, comprar insumos e materiais específicos para pesquisa, propor modalidades de bolsas diferentes, financiar eventos e publicações e aperfeiçoar instalações para as atividades fins são algumas ações que os recursos próprios devem financiar.

Gregório Grisa é professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

## Despesas feitas com recursos próprios

Instituições federais de ensino superior, 2001-2017



Fonte: Financiamento da Educação Superior no Brasil: impasse e perspectivas

## Governo mira em isenção fiscal de filantrópicas

*Equipe econômica quer aproveitar reforma tributária para corrigir o que considera uma distorção na cobrança de impostos do setor. Em 2020, o governo vai deixar de arrecadar R\$ 14 bilhões dessas entidades*

MANOEL VENTURA

manoel.ventura@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA

O Ministério da Economia está de olho nos impostos sobre atividades de entidades com status de filantrópicas, como universidades e hospitais. A pasta trabalha para corrigir o que considera uma distorção na proposta de reforma tributária em elaboração pela equipe de Paulo Guedes.

Em função da imunidade tributária dessas entidades, o governo deixará de arrecadar R\$ 14,16 bilhões em contribuições previdenciárias em 2020. A previsão representa alta de quase 7% em relação à perda de arrecadação de R\$ 13,24 bilhões este ano, segundo dados da Receita Federal.

Mudanças na tributação do setor fazem parte da proposta de Guedes, como parte do discurso sobre a

necessidade de corrigir injustiças do sistema tributário. A ideia é ter argumentação parecida com a adotada na reforma da Previdência, quando o governo bateu na tecla de que é preciso acabar com privilégios nas aposentadorias, e não apenas conter o rombo previdenciário.

### FOCO NA ÁREA DE SAÚDE

O relatório da reforma da Previdência no Senado, elaborado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), já prevê a cobrança da contribuição previdenciária patronal de entidades filantrópicas, com exceção das de assistência social e Santas Casas.

De acordo com o Demonstrativo de Gastos Tributários da Receita, as filantrópicas se dividem em três áreas: assistência social, educação e saúde. Para ter direito às isenções, precisam obter a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (Cebas) em cada área de atuação.

No foco do ministério estão entidades de saúde, que vão deixar de recolher R\$ 8,38 bilhões em contribuições previdenciárias em 2019 e R\$ 8,96 bilhões em 2020.

— Entre essas entidades estão hospitais conhecidos por atender

pacientes famosos e de alto poder aquisitivo — disse uma fonte.

Filantrópicas de educação, como faculdades privadas, por exemplo, deixarão de contribuir com R\$ 3,53 bilhões este ano e R\$ 3,77 bilhões em 2020. Com relação às de assistência social, as desonerações alcançam R\$ 1,34 bilhão em contribuições previdenciárias em 2019. Em 2020, o valor será R\$ 1,43 bilhão.

As isenções das entidades filantrópicas são apenas parte do problema no caixa do governo com esse tipo de benefício. O total de desonerações em vigor no país atualmente deverá alcançar a cifra de R\$ 331 bilhões no próximo ano, o equivalente a 4,35% do PIB.

Custódio Pereira, presidente do Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas (Fonif), vê com preocupação a possibilidade do fim da imunidade fiscal do setor:

— São instituições centenárias que fazem a filantropia. Não têm lucro, o superávit é revertido na instituição. É um setor fiscalizado e de altíssima qualidade na área de saúde, educação e assistência social. As consequências serão muito ruins para o país. São milhares de pessoas que vão perder.





## ARRECAÇÃO PERDIDA

A desoneração da atividade de entidades filantrópicas fará falta ao Tesouro no ano que vem

### Isonções tributárias para filantrópicas

Por setor, previstas para 2020

#### Assistência social

R\$ 1,43 bilhão

#### Educação

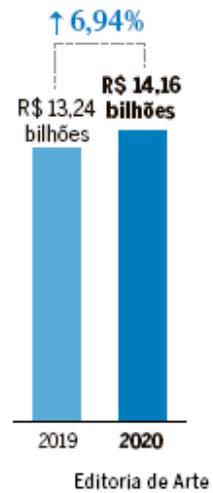
R\$ 3,77 bilhões

#### Saúde

R\$ 8,96 bilhões

Fonte: Receita Federal

### TOTAL



## Planos do MEC para o professor

Formação de docentes e diretores será foco de novos programas

PAULA FERREIRA

paula.ferreira@infoglobo.com.br

O Ministério da Educação (MEC) planeja duas iniciativas para aperfeiçoar a formação de professores e a gestão de escolas no país, de acordo com o secretário de Educação Básica, Janio Endo Macedo. A primeira é o “Forma Brasil Docente”, que deve funcionar como uma base federal para formação de professores. O programa vai incorporar as demandas surgidas com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento que define as diretrizes para os currículos da educação básica, e também as alterações nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) da formação docente, atualmente em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE).

A segunda iniciativa é o “Forma Brasil Gestor”, que vai propor uma matriz de competências a ser seguida para conferir certificados de excelência a diretores. O objetivo é indicar aos gestores estaduais e municipais quem são os melhores quadros para comandar as unidades escolares. O ministério não vai impor, entretanto, a necessidade da certificação como requisito para exercer cargos de direção. A iniciativa é uma tentativa de, nas

palavras de Macedo, incentivar que a escolha leve em conta aspectos “meritocráticos”.

As duas propostas foram apresentadas ontem pelo secretário durante o Educação 360 Encontro Internacional, na Cidade das Artes. O evento é uma realização dos jornais O GLOBO e “Extra”, com patrocínio de Itaú Social, Fundação Telefônica/Vivo, Colégio pH e Universidade Estácio, e apoio institucional de TV Globo, Unicef, Unesco, Fundação Roberto Marinho e Canal Futura.

O debate sobre as mudanças na formação docente vem desde o final do ano passado, quando o então ministro da Educação, Rossieli Soares, entregou ao CNE uma base nacional para a formação de professores. Junto com o colegiado, a nova gestão do MEC analisou o documento e começou a construir

“Com a BNCC e essa nova base de formação, temos condições de estabelecer novo padrão de ensino” Janio Endo Macedo, secretário de Educação Básica do MEC um texto que vai levar em consideração as mudanças já em curso nas DCNs e as demandas da BNCC. Macedo explicou que a intenção é aprovar esse documento ainda neste ano e escolher municípios-piloto para iniciar a implementação das novas metodologias de formação.

— Com a BNCC, a aprovação das DCNs e essa nova base de formação, temos condições de estabelecer novo padrão de ensino

para esses professores — afirmou.

Para Macedo, a formação de docentes é importante para melhorar os índices de aprendizagem dos brasileiros. Ele destacou que a produtividade no país não tem crescido devido à falta de uma educação eficiente.

— Não temos estratégia adequada de formação de professores, isso faz com que o jovem não se interesse. A maioria faz curso à distância, temos estudantes mal formados no ensino médio que vão fazer licenciatura e dar aula — analisou o secretário.

Martin Carnoy, professor da Escola de Educação da Universidade Stanford, discordou. Para Carnoy, o problema principal não está no recrutamento dos jovens para a carreira, mas na formação que eles recebem — o que exige investimento. Neste ano, o MEC foi a pasta que sofreu o maior contingenciamento de recursos no governo federal.

— Os bons professores não nascem assim, eles são amplamente formados. Para formá-los é preciso um grande nível de competência no assunto, além de saber como ensinar determinada disciplina. Tudo reúne teoria e prática dentro do sistema de ensino — apontou. — Precisamos treiná-los antes que entrem nas salas de aula, e não depois.

“Os bons professores não nascem assim, eles são formados” Martin Carnoy, professor da Universidade Stanford

## Relatório prevê que União contribua com até 40% para o Fundeb

O relatório sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que será apresentado amanhã na comissão especial da Câmara dos Deputados, vai prever complementação máxima da União de até 40% em dez anos. Pela proposta, a participação do governo federal vai começar em 15% e crescer 2,5 pontos percentuais por ano, durante dez anos, até alcançar esse patamar.

O anúncio foi feito pela deputada Dorinha Rezende (DEM-TO), relatora da PEC, durante a mesa “O Fundeb e as grandes prioridades da agenda de Educação”, no Educação 360 Encontro Internacional.

Também participaram do painel o deputado federal Idilvan Alencar (PDT-CE), ex-secretário de Educação do Ceará, e João Marcelo Borges, diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação.

A proposta do Ministério da Educação (MEC) prevê uma complementação máxima de 15% em cinco anos. Hoje, a União contribui com 10%, e o restante vem dos estados. O Fundeb é a principal fonte de financiamento da educação básica do país.

— Os estados repassam cerca de R\$ 22 bilhões, enquanto a União repassa R\$ 14 bilhões — afirmou a deputada. — Colocamos no texto um parágrafo para que os percentuais da educação estejam assegurados (mesmo no caso de uma reforma tributária).

## Corrida acadêmica

Apesar de maior presença em ranking, universidades do país seguem longe da elite

A nova edição da mais reputada classificação global de universidades trouxe resultado pouco animador para o Brasil. O país tem 46 instituições entre as 1.396 avaliadas pelo Times Higher Education, 11 a mais que no ano passado.

Mas o acréscimo não foi acompanhado de progresso qualitativo das mais destacadas organizações brasileiras. A USP, novamente a melhor latino-americana, continua, como no ano passado, superada por ao menos 250 universidades. A Unicamp, a segunda entre as brasileiras, piorou na classificação.

A despeito do peso que se dê aos diferentes aspectos da missão universitária —o THE faz a sua própria ponderação entre 13 indicadores—, parece fora de discussão que a qualidade e a escala de estabelecimentos de ponta estão associadas ao grau e ao potencial de desenvolvimento nacional.

Essas universidades irradiam parâmetros de formação de profissionais de alto nível para o conjunto das escolas superiores, lideram a pesquisa avançada, conectam-se às redes globais de conhecimento, potencializam a inovação empresarial e projetam uma boa imagem de seu país-sede no exterior.

Se o Brasil quiser participar para valer dessa corrida pelos poucos lugares ao sol na elite acadêmica mundial, terá de enfrentar reformas que desbastem resistências

encrustadas sobretudo no corporativismo do sistema público.

É preciso distinguir as vocações das organizações estatais. Grande parte delas, voltada à formação profissional, poderia atuar com estruturas menos dispendiosas.

A expansão do atendimento a essa demanda deveria ser reservada ao setor privado, cabendo ao governo zelar pela qualidade, financiar bolsas aos mais pobres e estimular o crédito estudantil.

As poucas universidades dignas do nome —porque cumprem com excelência o ciclo de ensino e pesquisa— precisam ganhar meios para se financiarem cada vez mais na sociedade e menos no Estado.

O incentivo às doações de pessoas físicas e jurídicas e a cobrança de mensalidades daqueles que têm condições de pagar são temas a entrar na ordem do dia.

Não faz sentido, sob penúria orçamentária duradoura e necessidade de reduzir desigualdades, o contribuinte continuar pagando pela formação dos mais ricos. Fundos públicos nessa área deveriam focalizar mais pesquisa e inovação.

Por fim, passa da hora de atacar o compadrio e a complacência com a improdutividade que ainda grassam nas universidades públicas. A estabilidade acadêmica precisa deixar de ser um prêmio obtido logo no início da carreira docente para tornar-se fruto de um trabalho mais longo de ensino, pesquisa e publicação de resultados.

# Bolsonaro segura R\$ 105 mi e empaca a implementação da base curricular

Repases federais servem para auxiliar estados a redigirem currículos e formar professores

Paulo Saldaña

**BRÁSILIA** O governo Jair Bolsonaro (PSL) não fez até agora repases de R\$ 105 milhões previstos neste ano para a implementação da Base Nacional Comum Curricular, que define o que os alunos da educação básica devem aprender. A decisão atrasa o cronograma de construção de currículos estaduais e trava a concretização da reforma do ensino médio.

O MEC (Ministério da Educação) anunciou em 4 de abril a continuidade do programa de apoio a estados e municípios para implantar a base.

Essa foi a primeira agenda positiva tocada pelo MEC no ano — a pasta fora consumida até aquele momento por polêmicas e disputas internas.

Passados mais de cinco meses, os estados aguardam os repases para viabilizar um processo que envolve a atuação de professores especialistas para, por exemplo, re-

## Entenda a Base Nacional Comum Curricular e o processo de implementação

2018 **R\$ 130 milhões**

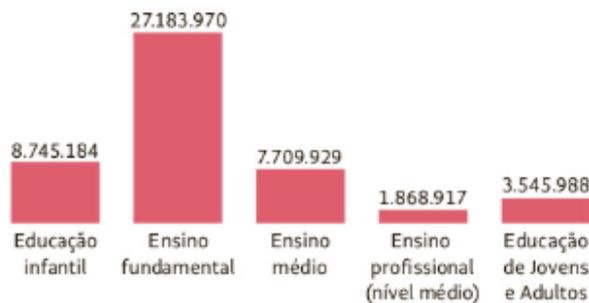
foi o investimento federal no ProBNCC no ano passado, que envolveu a redação dos currículos que vão da educação infantil ao ensino fundamental. Cerca de 600 profissionais estiveram envolvidos

2019 **R\$ 105 milhões**

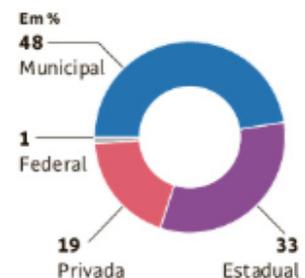
foi o valor total previsto para o ProBNCC neste ano pelo governo Bolsonaro. Esse valor inclui uma segunda fase de implementação na educação infantil e ensino fundamental (como formação de professores) e a redação dos currículos do ensino médio. O trabalho deve envolver 1.457 profissionais com bolsas

O governo Bolsonaro não realizou nenhum repasse no ano. Até agora, o MEC diz ter empenhado R\$ 6,7 milhões para ações do ProBNCC, o que não garante o repasse dos valores

Matrículas da educação básica



Por rede





digir textos de várias áreas de conhecimento. Recursos para eventos formativos e viagens também estão parados.

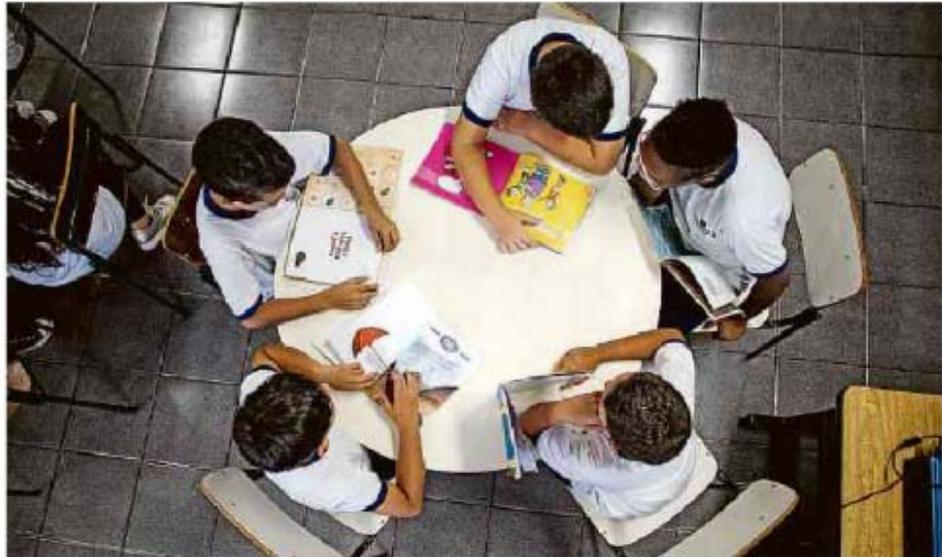
O contingenciamento afeta sobretudo o processo no ensino médio, cujos currículos precisam passar por profunda transformação após a aprovação, em 2017, da reforma que flexibilizou a grade.

A base foi finalizada em 2018 após longo e turbulento processo. A inexistência de diretrizes claras sobre o que se deve aprender a cada etapa escolar é citada por especialistas como um dos entraves ao desenvolvimento educacional.

Mas o documento é o passo inicial: a partir da base as redes escolares precisam criar seus próprios currículos, contemplando realidades regionais, diálogo com educadores e estratégias de ensino. São os currículos, portanto, que vão de fato afetar o trabalho dos professores na sala de aula.

Para garantir condições técnicas e materiais na elaboração, coube ao governo federal fornecer apoio a estados e municípios no processo. A gestão Michel Temer (MDB) lançou no ano passado, com esse intuito, o programa ProBNCC — cuja continuidade havia sido anunciada em abril e cujos repasses seguem travados.

Dos R\$ 105 milhões previstos para este ano, R\$ 58 milhões estavam empenhados desde 2018. Outros R\$ 30 mi-



Alunos em sala de leitura de escola na zona norte de São Paulo Diego Padgurschi - 2.mai.18/Folhapress

lhões foram incrementados em abril, além de R\$ 17 milhões que seriam destinados a bolsas de especialistas.

Questionado, o MEC diz que empenhou R\$ 6,7 milhões para ações do programa. O atraso na publicação de uma portaria do governo tem segurado os repasses, diz a pasta.

O governo Bolsonaro tem sustentado que a educação básica é prioridade. Em julho, a Folha revelou que o MEC esvaziou ações como apoio à educação integral, construção de creches e alfabetização.

O MEC sofre um bloqueio

de orçamento de cerca de R\$ 6 bilhões. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirma que parte dos valores deve ser liberada neste mês.

De acordo com o MEC, equipes estaduais (53 profissionais) estão com os pagamentos em dia. Eles são os primeiros a receber formação sobre a base, mas o plano federal prevê 1.457 bolsas de formação para multiplicadores.

"A construção dos currículos não é uma mudança trivial", diz Alice Ribeiro, do Movimento Pela Base, iniciativa que reúne especialistas e en-

tidades liderada pela Fundação Lemann. "A base traz competências gerais, especificidades de dezenas de habilidades complexas e diferentes a cada etapa. Por isso o apoio técnico e financeiro é essencial."

A base nacional foi fatiada pelo governo passado: a parte relacionada à educação infantil e ao ensino fundamental foi aprovada em 2017. Já o bloco do ensino médio foi finalizado em dezembro de 2018.

Isso se reflete na implementação. Todos os estados estão com os textos prontos até o fundamental — em 2018, 600





profissionais participaram do processo de escrita e consultas, e o governo federal investiu R\$ 130 milhões.

A meta do governo atual é garantir neste ano que 85% dos professores passem por um curso de 30 horas e que ao menos 70% das escolas passem por revisão de projetos pedagógicos. Secretários e especialistas avaliam que os trabalhos não pararam, mas põem em dúvida as metas.

Luiz Miguel Garcia, presidente da Undime (que representa os secretários municipais de Educação), diz que o apoio da União é o que garante que professores e secretarias municipais se envolvam de fato no processo.

“Estamos falando em uma política de Estado em regime de colaboração, de uma implementação que envolve currículos e ações na sequência, como a formação docente”, diz.

Já os currículos de ensino médio estão em fase de redação. O processo é mais longo porque a reforma prevê que parte da grade horária deva

ser comum a todos os alunos. O restante será escolhido pelos estudantes entre áreas chamadas de itinerários formativos: linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino técnico.

A base não trouxe referências a esses conteúdos, que devem ser definidos agora.

A elaboração dos textos dos itinerários deveria se encerrar neste mês e, desde agosto, os estados deveriam abrir consultas públicas sobre o documento. Mesmo sem apoio federal, algumas redes avançam — caso do Ceará, que abriu a consulta pública em agosto. Mas isso não é uniforme.

O MEC não informa quantos estados aderiram ao ProBNCC para o ensino médio. O Consed (que reúne secretários estaduais de Educação) tampouco. O órgão declarou que recebeu do MEC o compromisso de que a pasta trabalha para solucionar os pagamentos.

O governo ressalta que organizou dois encontros formativos com equipes estaduais e mantém contato frequente com elas. A expectativa é que todos os estados tenham aderido à base até o próximo ano.

Na semana passada, foi lançado edital para que as editoras atualizem os livros didáticos até o 5º ano à luz da base nacional. As obras deverão chegar às escolas em 2020.



### Saiba mais sobre a Base Nacional Comum Curricular

**O que é?** Um documento que indica o que deve ser ensinado nas escolas do país, da creche ao ensino médio. A primeira versão do texto foi apresentada em 2014 e a aprovação final ocorreu em 2018.

**O que muda?** Redes e escolas, inclusive particulares, terão que adequar seus currículos e livros didáticos à base. Atualmente, as diretrizes usadas são consideradas genéricas. Formação de professores também deve mudar.

**Base é currículo?** Não. A base nacional determina, em geral, os direitos de aprendizagem de todos os alunos. O currículo trata do trabalho pedagógico em sala de aula, contemplando tanto o que está na base quanto conteúdos regionais. As redes de ensino devem construir seus currículos à luz da base. Em 2018, ficou decidido que cada estado faria essa construção em colaboração com municípios e apoio federal.

### ESTÁGIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

A parte da base que vai da creche ao 9º ano do ensino fundamental foi finalizada em 2017. Já o bloco do ensino médio foi aprovado em dezembro de 2018. O programa federal de implementação é chamado de ProBNCC e foi lançado em 2018. Em abril de 2019, após um período de indefinição, o governo anunciou a retomada desse processo.

#### a) Educação infantil e ensino fundamental

Estados fizeram em 2018, em colaboração com municípios, o processo de redação de seus currículos. Todos os estados estão com textos prontos (AM e RJ precisam homologar os textos em seus conselhos de Educação). A formação de professores e a revisão de projetos pedagógicos das escolas são previstos para este ano.

#### b) Ensino médio

A escrita dos currículos deve ocorrer neste ano, mas o governo federal não tem repassado recursos prometidos para a tarefa — que envolve equipes de redação e articulação nas várias áreas de conhecimento. A reforma do ensino médio prevê itinerários formativos (nas áreas de linguagens, matemática, ciências humanas, ciências da natureza e ensino técnico). Os estados precisam agora desenhar o que será abordado em cada itinerário.

## ‘Promessa’ de liberar recursos causa desgaste

Idiana Tomazelli Adriana Fernandes / BRASÍLIA

A poucos dias do anúncio oficial da liberação de recursos no Orçamento, a área econômica do governo está incomodada com a postura de ministros e até do vice-presidente, Hamilton Mourão, de antecipar valores e se comprometer com novos desbloqueios nos próximos meses. A avaliação é de que o cenário ainda é de incertezas em relação às receitas que de fato ingressarão nos cofres da União para permitir as liberações, o que requer cautela para evitar uma frustração nos órgãos que já estão estrangulados.

O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse ao Estadão/Broadcast na sexta-feira que haverá liberação de R\$ 14 bilhões neste mês e que outros R\$ 6 bilhões devem ser desbloqueados em outubro. Na próxima sexta-feira, a equipe econômica divulgará o relatório bimestral do orçamento, publicação em que o governo anuncia se haverá bloqueio de recursos para cumprir a meta fiscal (que neste ano permite rombo de R\$ 139 bilhões) ou se é possível liberar dinheiro para mais gastos.

Em outubro, porém, não há nenhuma divulgação prevista – um desbloqueio será feito apenas se a equipe econômica fizer um relatório fora do calendário normal, que prevê outra avaliação só em novembro.

Com essa declaração, o ministro indica antecipadamente a possibilidade de se fazer uma

liberação extemporânea de recursos em outubro. O vice-presidente Mourão também já disse publicamente que o governo deve liberar até o fim do ano R\$ 20 bilhões dos R\$ 34 bilhões que estão bloqueados atualmente.

A preocupação na área econômica é que isso seja visto como um compromisso do governo, quando o ingresso de algumas receitas ainda é incerto. Por exemplo, o pagamento de dividendos pelos bancos oficiais. O presidente do Conselho de Administração do BNDES, Carlos Thadeu de Freitas, avisou na semana passada ao Estadão/Broadcast que o banco está lento para devolver a antecipação de dividendos cobrada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para ajudar nas contas desse ano.

Segundo Freitas, a diretoria está demorando por conta da venda das ações da Petrobrás. Se a operação não for concluída até meados de outubro, ficará difícil repassar o total de dividendos que a equipe econômica espera do BNDES, pois parte do resultado ficará para 2020. Mas o aumento recente dos preços do petróleo e a consequente valorização das ações da companhia pode facilitar a venda e até ampliar o retorno da operação. Tudo dependerá da agilidade da venda das ações.

Educação. Onyx e Mourão não são os únicos que saltaram na frente da equipe econômica. Na semana passada, o ministro da Educação,

Abraham Weintraub – que tem participado de reuniões decisivas da Junta de Execução Orçamentária, embora não seja integrante do colegiado – anunciou a liberação de 3.182 novas bolsas da Capes para estudantes de pós-graduação, a um custo de R\$ 22,5 milhões neste ano.

A reportagem procurou o MEC para questionar de onde sairia o dinheiro para as novas bolsas. Por telefone, a assessoria da pasta informou que os recursos seriam remanejados pelo Ministério da Economia. “Eles que vão dizer de onde vai sair. O combinado com o MEC é que os recursos seriam liberados”, disse. O MEC não atendeu ao pedido de formalizar a resposta por e-mail.

Procurado, o Ministério da Economia disse que só se pronunciará no dia da divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, na próxima sexta. A Casa Civil não se pronunciou até o fechamento da edição sobre o incômodo da área econômica em relação às falas de Onyx sobre liberação.

A reportagem apurou que o TCU vai analisar “com lupa” os números que serão divulgados na semana que vem pela equipe econômica. Além da forte dependência de receitas extraordinária (como os bônus dos leilões), o que é criticado pelo órgão, os técnicos vão analisar as previsões que balizarão o desbloqueio de recursos para verificar se elas estão condizentes com a situação do País.

## TCU vê problemas na UFRJ



Universidade Federal do RJ: "Fornecimento de insumos ao hospital universitário foi normalizado", diz nota

Um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), enviado ao Ministério Público, aponta o desvio de finalidade em R\$ 27 milhões repassados à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) entre setembro de 2014 e outubro de 2017. A reitoria da instituição utilizou, de forma irregular, dinheiro repassado pelo Ministério da Saúde para custear funcionários extraquadro. As equipes pagas com recurso do Fundo Nacional de Saúde, ou seja, recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), deveriam ter sido custeadas com recursos do Ministério da Educação, diz o TCU.

Ao mesmo tempo em que os recursos do SUS eram empregados

no pagamento de salários de funcionários sob responsabilidade do MEC, o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), ligado à universidade, estaria sendo mantido de forma precária e, ao longo dos anos, teve sua estrutura deteriorada. Em 2013, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou uma ação civil pública em relação à precariedade da unidade de saúde e apontou problemas graves na estrutura, inclusive elétricos, com risco de incêndio com vítimas, dizia o documento.

No ano passado, o TCU apontou que os problemas não foram resolvidos ao longo do tempo. "Passados cinco anos do ajuizamento

da referida ACP (ação civil pública) pelo MPF, a situação parece não ter sido equacionada", diz um parecer da Corte de Contas, obtido pela reportagem.

A reitoria incluiu no orçamento enviado ao MEC o pagamento dos funcionários apenas até o mês de agosto de cada ano. Assim, poderia utilizar os recursos previstos para a quitação dos salários nos demais meses do ano para outras finalidades.

### Exoneração

Em 2017, o então diretor-geral do Hospital Clementino Fraga Filho, Eduardo Côrtes, se opôs ao desvio da verba do Ministério da Saúde para pagar os funcionários extraquadro da instituição. Após reclamar das irregularidades, ele foi exonerado, em novembro de 2017. A partir daí, de acordo com informações obtidas pelo Correio, a irregularidades teriam continuado.

A UFRJ também recebe emendas parlamentares. Entre dezembro de 2016 e setembro do ano passado, a instituição recebeu R\$ 7,5 milhões com este tipo de repasse. No entanto, as contradições no uso do dinheiro chamou a atenção dos auditores do TCU. Pelo menos R\$ 2 milhões foram utilizados na implantação de uma rádio universitária. Segundo o TCU, "as prioridades verificadas na elaboração da proposta





orçamentária da UFRJ carecem de razoabilidade!”. O parecer cita que “pouco mais de R\$ 1,538 milhão foi destinado a projetos referentes à implementação da “Rádio Educativa da UFRJ.” Já a aquisição de um transmissor de rádio de frequência modulada (FM) custou R\$ 1,050 milhão. Os demais equipamentos custaram R\$ 92,8 mil, somando de R\$ 2,588 milhões.

### **Outro lado**

Em nota, a UFRJ afirma que o Acórdão nº 1932/2019 do TCU decidiu que a universidade apenas se absteve de utilizar os recursos que recebe do SUS para pagamento dos extraquadros e determinou que o MEC aumentasse o orçamento. Segundo a nota, o TCU teria decidido que não houve desvios. A nota afirma, ainda, que o fornecimento de insumos foi normalizado no hospital universitário.

“Mesmo com o cenário orçamentário dramático, o hospital se encontra estabilizado e com perspectivas muito boas. O Hospital do Fundão, como é conhecido, ampliou o Parque Tecnológico em 2018”, diz a nota, que informa a aquisição de aparelhos de ressonância magnética, tomógrafo, acelerador linear, entre outros, e a inauguração de uma nova enfermaria com 32 leitos, além de reforma do Centro de Terapia Intensiva (CTI).

Sobre os problemas estruturais do hospital universitário, como hidráulicos e elétricos, a nota informa que decorrem do fato de o hospital ser uma construção iniciada na década de 50 e só inaugurada em 1978. “A Divisão de Engenharia iniciou a revisão das instalações elétricas e hidráulicas do prédio em julho e as tubulações antigas estão sendo trocadas à medida que a rotina exige”.

Com relação à substituição da direção do hospital, a nota alega que foi necessária para recuperar a interação acadêmica com os institutos e unidades da área de saúde. “A direção do HUCFF vinha se afastando da missão institucional de atuação articulada com outras unidades da área de saúde da UFRJ e conduzindo o hospital de maneira isolada e conflituosa, impactando o atendimento ao público e comprometendo a formação de estudantes — situação que expressa uma ruptura institucional e acadêmica com a UFRJ”, segue a nota.

A nota informa ainda que a rádio universitária é um projeto educativo em desenvolvimento, em parceria com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com recursos oriundos emendas parlamentares e “não têm nenhuma relação com o orçamento próprio ou emendas destinadas ao Museu Nacional”. Segundo a UFRJ, foram liberados um total de R\$1,340 milhão para o projeto.

## Ciências humanas sem polêmicas no Enem

A live desta semana do Especial Enem do Correio trouxe dicas para a prova de ciências humanas. Na tarde de ontem, os professores Paulo Macedo (geografia) e Isaac Marra (história), do Sigma, resolveram o banco de questões do suplemento e ressaltaram: o exame deve vir com o conteúdo de costume, mas sob abordagem sem maiores polêmicas.

Segundo eles, declarações recentes do novo comando do Ministério da Educação (MEC) apontam para essa direção. “Houve uma mudança de governo dentro do MEC e na elaboração das questões. O próprio presidente disse que os temas sobre minorias não merecem, segundo ele, serem colocados na prova”, diz Paulo Luiz. “Então, esperamos da prova algo mais teórico, e a dica é entender o conteúdo estrito, aprimorando a leitura e a interpretação de texto.”

Mais que isso, eles ressaltaram que nunca foi uma tradição do exame optar por qualquer viés político. “Não temos histórico de questões políticas em termos partidários.

Temas desta ordem trazem aqueles que apoiam e os que não apoiam, e esse viés abre janelas para pedidos de recursos. Esperamos sempre que seja cobrado o que é científico”, pontua Paulo Luiz. Isaac Marra acrescenta: “Em história, a ideia é se afastar de temas que protagonizem discórdias entre teóricos da disciplina”.

### Geografia

Na geografia do Enem, cabe aos candidatos esquecerem as questões do tipo “decoreba”, na definição de Paulo Luiz. “Não é saber o estado, capital, continente e nome de rio. O conteúdo é carregado da geografia em sua essência, como cartografia e geopolítica. Esta vem junto ao conteúdo de história, em temas como a Segunda Guerra Mundial.”

Em geografia física, a interdisciplinaridade se estende à biologia, filosofia, linguagens e até redação. “Urbanização, ambiente e economia permeiam outras áreas. Podem vir em dissertação sobre administração urbana ou presença de doenças na Europa e no Brasil, onde

ressurgiram crises de sarampo e poliomielite. São assuntos que estão sendo retomados, e o aluno precisa estar atento.”

### História

Em sua disciplina, o professor Isaac Marra destaca o processo político do Brasil no Segundo Reinado, cujo chamado sistema de “parlamentarismo às avessas” confunde os secundaristas. “Observo que é uma das grandes dificuldades do aluno em entender a distinção entre sistema político e governo. Essa foi a primeira experiência do modelo no país e, portanto, é um período importante a ser fixado.”

A essa altura, com menos de dois meses para a prova, o docente diz que é preciso rever as edições anteriores do exame. “A principal diretriz para o aluno, nesta reta final, é focar na resolução de exercícios”, sintetiza Isaac. “Provar, com eles, a sua percepção de tempo, competência, leitura e interpretação de textos. Não só os escritos, mas os não verbais também, que surgem muito na prova”, finaliza.

## DF: projeto prorroga em 1 ano mandato de diretores de escolas públicas



Eleições deveriam ocorrer em novembro, mas GDF quer empurrar o prazo para 2020. Sinpro é contra a proposta, debatida na CLDF

SUZANO ALMEIDA  
suzano.almeida@metropoles.com

Representantes do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro) e deputados distritais se reuniram, nesta segunda-feira (16/09/2019), durante encontro do Colégio de Líderes da Câmara Legislativa, para debater o projeto que prorroga os mandatos dos diretores das escolas públicas por mais um ano. A proposta, que ainda está em elaboração, pode cancelar as eleições de novembro, caso seja aprovada.

A intenção é dar aos atuais diretores mais um ano à frente das

instituições de ensino. O objetivo é que, nesse período, o governo faça mudanças no modelo de gestão democrática em vigor atualmente – no qual há votação da comunidade escolar para a escolha dos responsáveis pelos colégios.

O Sinpro é contrário à prorrogação desse prazo. “Não estamos contra os atuais gestores. A questão é que a gestão democrática é uma conquista e precisamos que ela continue assim”, defendeu a diretora da entidade, Rosilene Corrêa. “Neste momento, precisamos da participação da comunidade. Tirar isso pode ser muito perigoso”, acrescentou. Atualmente, o mandato é de três anos.

Ainda de acordo com a dirigente

sindical, caso o governo não desista da proposta, “será debatida, com a comunidade escolar, a possibilidade de haver manifestações e até mesmo paralisações” como forma de pressionar o GDF.

Segundo o líder do governo na CLDF, Cláudio Abrantes (PDT), o Executivo não estaria ampliando os mandatos, apenas renomeando os atuais gestores. Abrantes explicou que o projeto ainda não foi enviado à Câmara, mas que a Casa já discute uma proposta do distrital João Cardoso (Avante) sobre o número de reeleições.

“O que se está debatendo é se os diretores poderão concorrer à reeleição sem limite de mandatos consecutivos. Hoje, eles só podem ter dois mandatos seguidos”, explicou o líder do GDF na Casa.

### Crítica

O tema, contudo, não encontra consenso nem entre integrantes da base. Sob a condição de não ter o nome divulgado, um parlamentar criticou a proposta. “O novo secretário de Educação está sendo pressionado, pelas circunstâncias, a ampliar o mandato [dos diretores], pois não tem condições de fazer as alterações necessárias que o governo quer e realizar as eleições ainda este ano”, disse o governista.

**FIM DA BRIGA DE FOICE**

A posse de Rodrigo Dias encerrou a briga de foice pelo fabuloso orçamento do FNDE, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: R\$56 bilhões só este ano. O presidente da Câmara, agora muito cordial em relação a Jair Bolsonaro, apoiou a indicação do xará.



## Portal do MEC tira dúvidas sobre carteira de estudante digital

Por Mariana Tokarnia -  
Repórter da Agência Brasil  
Brasília

O Ministério da Educação (MEC) lançou hoje (16) o portal da ID Estudantil, que traz informações para estudantes de todo o país sobre a nova carteira digital gratuita. Os estudantes poderão adquirir o documento nas lojas Google Play e Apple Store a partir de dezembro.

O documento permitirá o pagamento de meia-entrada em shows, apresentações de teatro e outros eventos culturais, sem que isso gere um custo extra. O site traz também uma contagem regressiva para a emissão da nova carteirinha

estudantil. Contados a partir desta segunda-feira, faltam 83 dias para o começo das emissões.

A carteirinha digital poderá ser emitida pelo MEC; pela Associação Nacional de Pós-Graduandos; pela União Nacional dos Estudantes (UNE); pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes); por entidades estudantis estaduais, municipais e distritais; diretórios centrais dos estudantes; centros e diretórios acadêmicos e outras entidades de ensino e associações representativas dos estudantes.

O estudante que solicitar a carteira digital terá que consentir com o

compartilhamento dos dados cadastrais e pessoais com o MEC para subsidiar o Sistema Educacional Brasileiro — o novo banco de dados nacional dos alunos, a ser criado e mantido pela pasta.

O ministério poderá usar essas informações apenas para formulação, implementação, execução, avaliação e monitoramento de políticas públicas. O sigilo dos dados pessoais deve ser garantido sempre que possível.

A emissão da carteira digital está prevista em medida provisória (MP) que dispõe sobre o pagamento de meia-entrada publicada no último dia 9, no Diário Oficial da União.